



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 10283.000063/2007-75
Recurso n° 162.909 Voluntário
Resolução n° **3403-000.477 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária**
Data 24 de julho de 2013
Assunto SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA
Recorrente CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZONIA S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, sobrestar o julgamento até que sobrevenha decisão definitiva no RE n° 592.891.

Antonio Carlos Atulim - Presidente.

Domingos de Sá Filho - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Antonio Carlos Atulim, Domingos de Sá Filho, Alexandre Kern, Rosaldo Trevisan, Ivan Allegretti e Marcos Ortiz Tranchesi.

Relatório

Trata-se de recurso contra a decisão que manteve o indeferimento de pedido de ressarcimento de crédito de IPI com arrimo no art. 11 da lei n° 9.779/99 relativo ao quarto trimestre de 2003.

Transcreve-se o relatório da decisão recorrida por refletir com exatidão a situação dos autos.

“Relatório. Trata-se de pedido de ressarcimento de saldo credor de IPI referente ao quarto trimestre de 2003, no valor de R\$ 1.518.243,03, apresentado pela contribuinte acima identificada (PER/Dcomp de fls. 84/85).

2. A DRF Manaus, através do Parecer e Despacho Decisório de fls. 86/96, indeferiu o pedido, defendendo que o princípio da não-cumulatividade somente alcança as operações tributadas pelo IPI, assim como apenas o valor cobrado nas operações anteriores é que poderá ser objeto de crédito. Assim, considerando que tanto o imposto incidente sobre os insumos adquiridos quanto o incidente nas saídas de produtos fabricados pela interessada são objeto de isenção, inexistente direito ao crédito.

3. Cientificada em 24.03.2008 (AR fl. 97) a interessada apresentou, tempestivamente, em 07.04.2008, manifestação de inconformidade na qual traz os seguintes argumentos, em síntese:

a) É indústria dedicada à fabricação de aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicação, instalada na Zona Franca de Manaus, com projeto aprovado pela SUFRAMA, pelo que goza de isenção do IPI sobre a aquisição de insumos, nos termos dos arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 288, de 1967. **Aplicando o princípio da não-cumulatividade, registrou o crédito de IPI, como se não houvesse isenção, pela alíquota aplicável aos insumos adquiridos.** Adverte, ainda, que não se discute no presente processo direito a crédito de IPI nas aquisições de insumos não tributados ou tributados à alíquota zero, tampouco crédito pela alíquota do produto fabricado;

b) A Constituição da República, ao tratar da não-cumulatividade do IPI, estabeleceu que deverá haver a compensação entre o valor do imposto devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores, sem qualquer restrição, diferentemente do tratamento destinado ao ICMS. Refere que o direito ao crédito de IPI na aquisição de insumos isentos seria matéria pacificada no Supremo Tribunal Federal (STF), tratando-se de posicionamento que deve ser estendido à Administração. Cita decisões judiciais e administrativas acerca do tema;

c) A não-cumulatividade só pode sofrer restrições por meio de norma • constitucional, o que não se deu em relação ao IPI, sendo improcedente eventual argumento de que o contorno constitucional definido para o ICMS é o mesmo conferido ao IPI. Ressalta que na operação de isenção há incidência do imposto, como haveria reconhecido a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

d) O art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999, não impõe, como requisito ao aproveitamento de créditos do IPI, que a entrada tenha sido tributada. De outro lado, o direito a crédito decorrente do princípio da não-cumulatividade do IPI não exige lei específica que o assegure;

e) A análise da presente matéria não implica apreciação de questão constitucional, haja vista que existe decisão final de última instância do Poder Judiciário reconhecendo o direito ao crédito pleiteado, sendo o caso apenas de a Administração aplicar o entendimento assim firmado;

f) O ressarcimento é espécie do gênero restituição, pelo que as regras atinentes a esta também devem ser aplicadas àquele, razão pela qual deve incidir a taxa Selic sobre o valor • a ser ressarcido. Cita acórdão proferido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais — CSRF;

4. Em face de tais alegações, peticiona no sentido de que seja deferido seu pedido de ressarcimento, acrescido do valor relativo à taxa Selic, homologando-se a compensações declaradas nos autos”.

Em razões recursais mantém os argumentos tecidos em Manifestação de inconformidade. Salienta que a matéria discutida restringe-se à possibilidade de creditamento de IPI nas aquisições de insumos, isentos, ressaltando tratar-se de aquisição de insumos com isenção de IPI por estar instalada na Zona Franca de Manaus. E finalmente, pede aplicação sobre o crédito pleiteado a título de juros a Taxa Selic.

É o relatório.]

Voto

Conselheiro Domingos de Sá Filho, relator.

O debate nesse caderno processual administrativo se refere ao direito do contribuinte em se creditar de IPI relativo aquisições de insumos tributados alíquota zero.

Historicamente o legislador ordinário assegura a manutenção e utilização de créditos oriundos das entradas de insumos, mesmo que inexistente a incidência na saída dos produtos fabricados.

A matéria é complexa, motivo pelo qual o Supremo Tribunal Federal já apreciou e julgou alguns casos, inclusive, trazidos à colação pela Recorrente, entretanto, esse assunto encontra submetido à repercussão geral.

O Regimento Interno do CARF instituído pela Portaria 240, por força da norma do art. 62-A, dispõe que a Administração deve adotar as decisões dos tribunais superiores quando tratar-se de julgamento nos casos de repercussão geral, art. 543- “A” e “B”.

Parece ser essa a situação dos autos. Portanto, o julgador administrativo está submetido à imposição do art. 62-A do Regimento Interno do CARF.

Em sendo assim, voto no sentido de transformar o julgamento em diligência no sentido de sobrestar o julgamento do feito até que sobrevenha o desfecho definitiva da matéria pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 592.891.

É como voto.

Domingos de Sá Filho